

As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

p. 374-390

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 19 • nº 2 (2015)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 375-391, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102810>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102810>.



Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências

Resumo

Por meio das linguagens cartográfica e fotográfica, o artigo discute aspectos fundamentais das geografias oficial e da não oficial praticadas no Brasil, numa perspectiva histórica. Focaliza o Brasil africano, secularmente excluído da geografia oficial, como um exemplo explícito dessas geografias distintas e paralelas, pois existe um convívio secular não assumido, regido por uma geopolítica da invisibilidade. A crescente diminuição do prestígio da geografia nas estruturas de poder, o modelo fragmentário com que se tratam as demandas geográficas e cartográficas do país, assim como o pensamento social preconceituoso dominante para com as matrizes africanas no território e no povo brasileiro, são os entraves básicos da falta de uma política geográfica articulada no Brasil e a redução do preconceito e dos estereótipos de fundo geográfico.

Palavras-chave: Geografia afro-brasileira. Geografia oficial. Geografia invisível. Cartografia oficial. Diáspora África-Brasil.

Las geografías oficial e invisible en Brasil: algunas referencias

Resumen

El artículo utiliza los lenguajes cartográficos y fotográficos para expresar los aspectos fundamentales de geografías oficial y no oficial existentes en Brasil en una perspectiva histórica. Un enfoque se da en el Brasil africano, secularmente excluidos de la geografía oficial, como un ejemplo explícito de las geografías separadas y paralelas, pues hay una convivencia secular no tomada, que se rige por una geopolítica de la invisibilidad. La disminución de prestigio de la geografía en las estructuras de poder, el modelo fragmentario para hacer frente a las demandas geográficas y cartográficas del país, así como el pensamiento social dominante sesgada con respecto a la sede africana en el territorio y el pueblo brasileño, son los obstáculos fundamentales a la falta de una política coordinada geográfica en Brasil y a la mitigación de los prejuicios y estereotipos geográficos.

Palabras clave: Geografía afrobrasileña. Geografía oficial. Geografía oculta. Cartografía oficial. Diáspora África-Brasil.

Geographies official and invisible in Brazil: some references

Abstract

The article uses the cartographic and photographic languages to express fundamental aspects of Geographies “Official” and “Unofficial” existing in Brazil in a historical perspective. A focus is given on the African Brazil, secularly excluded from the Official Geography, as an explicit example of the distinct and parallel geographies, that because there is a secular conviviality not assumed, governed by a geopolitics of invisibility. The increasing decline in prestige of Geography in power structures; the gramentário model to address the geographic and cartographic demands of the country, as well as the biased dominant social thought with regard to African headquarters in the territory and the Brazilian people, are the basic obstacles the lack of an articulated geographical policy in Brazil and the mitigation of prejudice and geographical background stereotypes.

Keywords: Afrobrazilian Geography. Official geography. Invisible Geography. Official cartography. Diaspora Africa-Brazil.

Introdução

A história da geografia do Brasil mostra que ela quase sempre esteve a serviço do Estado, ou seja, sua evolução está marcada por uma série de ações de suporte ao Brasil Colônia, Império ou República. Acreditamos que o espaço e a sociedade em que vivemos (no sentido largo) é resultado do que aconteceu no passado, portanto, viver sem conhecer os processos pretéritos é estar e caminhar num “território de risco”. O país tem dimensões continentais, mas a mentalidade dominante ainda é a colonial; por exemplo, a ideia de possuir terra ainda significa poder, e a precariedade da educação geográfico-cartográfica tem sido uma estratégia geopolítica eficaz para a manutenção da “geografia da invisibilidade e da ignorância espacial”.

Neste artigo, procuramos ampliar os conhecimentos das geografias oficial e não oficial que persistem no país, causando danos estruturais ao saber geográfico mais completo e necessário ao Brasil contemporâneo. Nesse sentido, fazemos referência a alguns eventos e ações históricas da geografia oficial e ilustramos esse processo com a exclusão das matrizes africanas registradas no território e as estratégias seculares para que elas não existissem nem existam, como quer o sistema dominante. Nossas ferramentas básicas de trabalho são imagens cartográficas e fotografias, por sua eficácia para revelar e interpretar a geografia real e dinâmica. Com essas referências, pretendemos concorrer para a continuidade das discussões e para que o contexto atual – do lugar indefinido da geografia no Brasil e do preconceito geográfico com a África brasileira – seja tratado com mais seriedade.

Algumas referências da geografia de Estado (legal) e a geografia irregular/ilegal brasileira

No *clik* de mudanças estruturais nos séculos XV-XVI, estão as novas relações entre os indivíduos e entre estes e o meio ambiente, quando sobretudo os trópicos eram vistos pela Europa moderna como um “mundo sem fronteiras”, que lhes poderia fornecer um conjunto de produtos que não existiam em seu continente. É nesse contexto que a geografia e a cartografia se desenvolvem e servem ao grande projeto de dominação global justificada. Essa estratégia respaldava os conflitos para a ampliação do poder e também estimulava a política de desenvolvimento do capitalismo comercial e fortalecia o Estado, além de configurar as teorias e os conhecimentos oficiais, com a função precípua de inferiorizar e subjugar as culturas da Etiópia (África), das Índias (Ásia) e do Novo Mundo (América). A Zona Tórrida mostrada na Figura 1 revela a força da toponímia pejorativa, instaurando o preconceito geográfico que se consolidaria ao longo dos séculos seguintes.

Figura 1 – Mapa-múndi de Pedro Apian, de 1524



fonte: Pedro Apian, *Cosmographicus Liber*, Landshut, 1524.

Nessa Zona, animais, vegetação, frutos e pessoas são designados com forte preconceito, que persiste na contemporaneidade. Por exemplo, a associação de pessoas de origem africana com um macaco e as frutas estigmatizadas como sem valor como o abacaxi e a banana, entre outras analogias distorcidas, que revelam a carga preconceituosa para com o mundo tropical.

O horizonte geográfico e a cartografia do mundo seriam profundamente modificados ao longo dos séculos XV e XIX, sobretudo pelos novos territórios e as “novas” fronteiras constituídas e impostas, sem perder de vista a significativa evolução das técnicas. Muitos mapas construídos e os conhecimentos geográficos premiados eram segredos de Estado e a Geografia tinha lugar assegurado nas instâncias de poder, incluindo aí a Igreja.

Figura 2 – Paisagem da localidade de Mongo Beringa, região do Equateur (norte da bacia do Congo) – 1896-1899



fonte: Coleção MRAC-Tervuren. AP.0.0.9342 (fotografia anônima).

Não eram somente as riquezas da África e do Oriente que interessavam à Europa, mas os seres humanos, que eram necessários aos colonizadores para o cultivo e a exploração nos “novos territórios descobertos”. Instaura-se assim um novo período de escravidão, associado à acumulação de capitais e estruturado num sistema político, jurídico e econômico que ensejará o desenvolvimento de uma gigantesca empresa comercial e a expansão do capitalismo.

O tráfico negreiro do continente africano para a América foi demarcado espacial e temporalmente por diferentes “tratados” durante quase quatro séculos (Figura 3), a ponto de se haver tornado impossível precisar o número de africanos retirados de seu hábitat, com sua bagagem cultural, para ser incorporados à nova realidade.

Figura 3 – Estimativas para o tráfico negro entre 1781 e 1870



fonte: Baseado nas tabelas de Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade – A Census*, revistas por David Eltis.

Os grandes fluxos comerciais entre os séculos XV e XIX envolvendo a Europa, a África e a América tinham o oceano Atlântico como grande espaço de integração e de conflitos na dinâmica econômica. Por seus mares navegavam mercadorias da Europa e do Oriente, dos espaços produtores e explorados (colônias), e os navios negreiros saíam da rede de cidades portos europeias e da costa ocidental e da contra-costa (oriental) do continente africano.

A geografia de Estado do Brasil se desenvolve nesse contexto secular de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados (matrizes “indígenas” e africanas). Foi no Brasil Colonial que mais se importou a força seres humanos africanos de diferentes matrizes étnicas, e fomos a última nação a sair do sistema escravista, mitigado institucionalmente por algumas leis anteriores (a do Ventre Livre, entre outras) e concluído com a assinatura da Lei Áurea, devido a pressões internacionais e a um contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante.

Isso mostra por que ainda persiste no Brasil um pensamento social racista – saímos do período escravocrata sem querer, e essa resistência não resolvida se materializa na sociedade e no território.

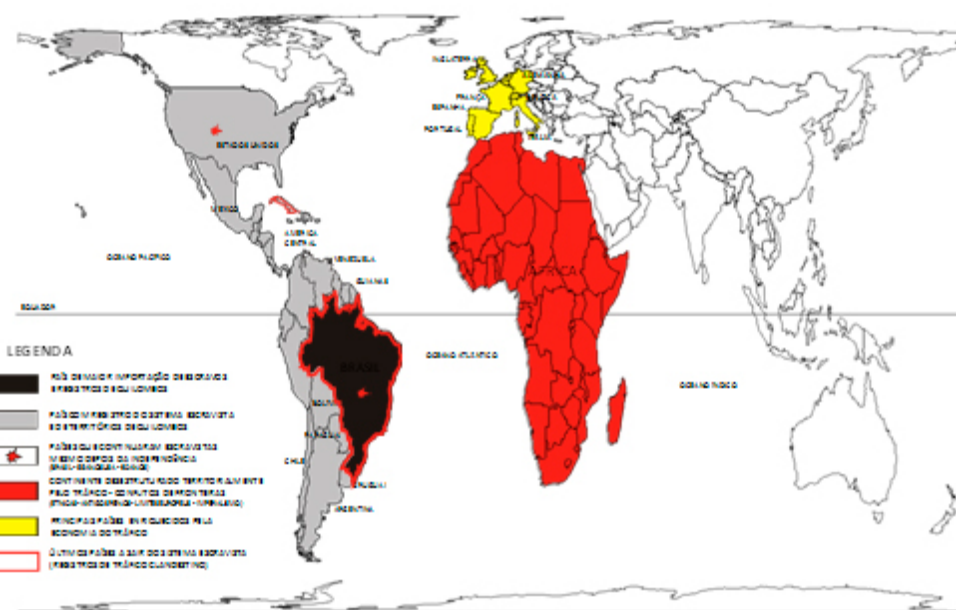
Figura 4 – Carte de la Terre Ferm du Perou du Bresil et du Pays des Amazones – 1703



fonte: Acervo do Arquivo Nacional de Angola – Código: FZ MAP 376.

Figura 5 – Geopolítica da diáspora África-América-Brasil – séculos XV-XVI-XIX

A ÁFRICA, A AMÉRICA, A EUROPA E O SISTEMA ESCRAVISTA



fonte: Anjos (2014b).

ANJOS, R. S. A.

Seguem-se alguns marcos legais e ações institucionais na evolução da geografia de Estado no Brasil Colonial-Imperial-República:

(1) Brasil Colônia: conhecimento geográfico necessário para a manutenção e a expansão territorial. Por exemplo, o contexto geopolítico de alargamento da fronteira do Tratado de Tordesilhas e as sucessivas “missões” de conhecimento do território. A Real Sociedade Geográfica de Portugal, em Lisboa, é uma referência documental desse momento histórico;

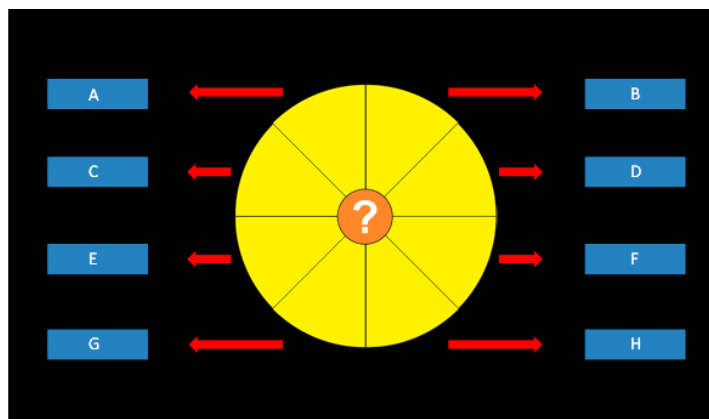
(2) Brasil Império: a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1838, é uma referência básica para a institucionalização e a definição de fronteiras conflitantes, a exemplo das missões diplomáticas do barão do Rio Branco, sobretudo as do Acre e do sul do Brasil (Guerra dos Farrapos). É no período imperial que se cria a Lei de Terras (1850), para impedir que os povos africanos e seus descendentes, assim como os indígenas, tivessem território no Brasil. O contexto político da criação dessa lei estava na perspectiva real de abolição da escravatura, concretizada em 1888 pela Lei Áurea;

(3) Brasil República – século XX: uma importante referência é a criação de uma autarquia para produzir conhecimento geográfico e cartográfico do país, assim como para fiscalizar o espaço e realizar os censos demográficos (a partir dos anos 1940). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi posteriormente transformado em fundação e, ao longo do século XX, paulatinamente descaracterizado de suas premissas iniciais, configurando-se como produtor de dados estatísticos de suporte à economia do país. A política cartográfica toma força durante o regime militar, com a criação da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG). Mais tarde, essa “geografia militarizada” se foi minimizando e fragmentando, a disciplina de geografia foi sendo descaracterizada e desqualificada, sobretudo no sistema escolar (com a implementação dos ditos Estudos Sociais), e passou a ter um lugar bem definido na universidade, e não mais no Estado. No próximo tópico, apontamos outras referências da geografia de Estado do Brasil República.

O modelo institucional dispersivo e os comprometimentos para o país

A forma como o Estado brasileiro contemporâneo tem conduzido a política cartográfica e geográfica revela uma fragmentação institucional e das ações, o modelo de governança fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas sobretudo causa um dano irreparável à gestão eficaz do território nacional, de proporções continentais. A Figura 8 representa graficamente esse processo fragmentário da estrutura governamental. O círculo amarelo mostra como são comumente tratadas as demandas governamentais com rebatimento geográfico-cartográfico, ou seja, uma configuração de parcelamento, portanto, dividido entre vários órgãos, cada um com uma parte do problema (retângulos azuis).

Figura 8 – Modelo dispersivo da gestão de demandas estruturais territoriais-cartográficas no Brasil



fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos que essa configuração vem agravando a dispersão da gestão, e a questão básica nesse processo fragmentário é quem se responsabiliza pela demanda central (círculo central em laranja, com interrogação). Observando o lócus principal desse modelo na esfera federal – o espaço da concentração de ministérios e do setor decisório do país –, verificamos a complexidade do fluxo de ações governamentais para demandas territoriais do tipo “cama de gato” (Figura 9), ou seja, com pouco foco no direcionamento da solução e a evidente dispersão no processo de gestão institucional.

Figura 9 – Brasília: Esplanada dos Ministérios e o fluxo das ações institucionais do tipo “cama de gato”



fonte: Elaborada pelo autor, sobre imagem satélite do Google Earth de junho de 2014.

Vejamox dois exemplos frisantes dessa forma de gestão governamental. O primeiro se refere à forma como hoje se gere a cartografia oficial no país, pulverizada entre quatro ministérios, com diferentes orçamentos e prioridades de ação: o Ministério da Defesa, operacionalizado pelo DSG; o Ministério do Planejamento, conduzido pelo IBGE; o Ministério da Integração Regional, com a atuação da Codevasf (Vale do Rio São Francisco), da Ceplac (sul da Bahia), da Sudene (Nordeste), e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com ações da Embrapa (pontualmente em São Paulo).

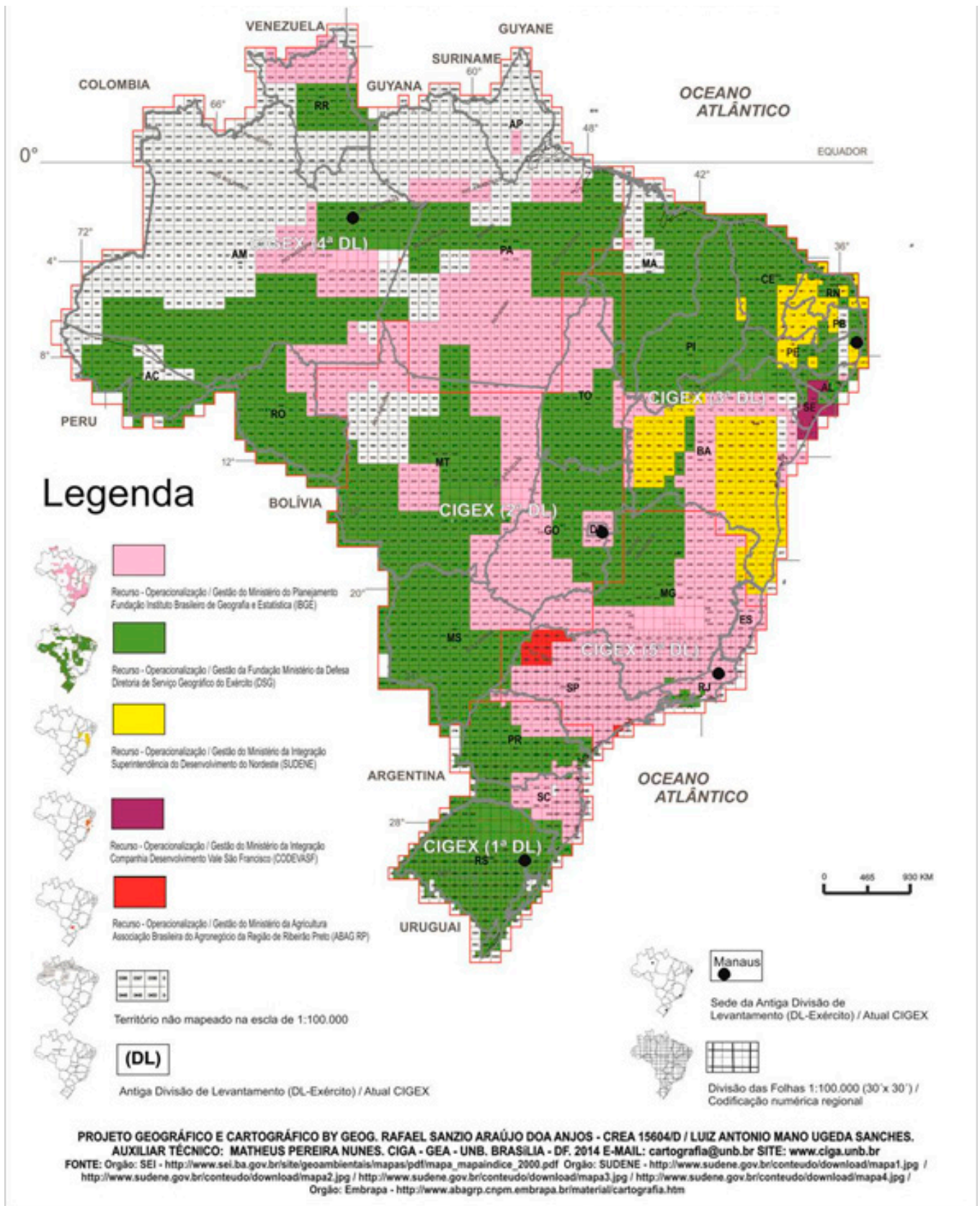
A escala de 1:1.000.000 das cartas sistemáticas do Brasil da Figura 10 mostra a verdadeira “colcha de retalhos” que se configura na cartografia brasileira, fato que revela a grande quantidade de espaços ainda sem mapeamento nessa escala básica para dar início a qualquer planejamento ou ações sobre o território, assim como um quadro quase generalizado de desatualização da produção cartográfica (a maioria dos mapeamentos é das décadas de 1970-80).

O outro exemplo da ineficácia da gestão das demandas territoriais pelo setor decisório – dentro da geografia que caracterizamos aqui como invisível ou não oficial – é o deliberado “esquecimento” das comunidades e dos territórios derivados de antigos quilombos, sítio geográfico estratégico onde se agrupavam principalmente pessoas de origem africana, mas também índios e europeus excluídos da sociedade que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autosustentáveis e com forte organização territorial. Essa é uma das questões emergências e estruturais da sociedade brasileira atual. Mesmo passados mais 126 anos da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda associam à população de matriz africana uma imagem de escravizada e, aos quilombos, a de algo do passado, como se estes não mais fizessem parte da vida nacional contemporânea.

As ações do setor decisório são conflitantes e mesmo contraditórias. Apesar das disposições constitucionais (Brasil, 1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos governamentais tratarem e resolverem demandas das questões dos quilombos contemporâneos, constata-se que, de forma quase estrutural, a situação tem sido tratada com ações episódicas e fragmentárias (modelo “cama de gato”), comprometendo-se o direcionamento de uma política definida para o equacionamento de problemas fundamentais, ou seja, o reconhecimento dos quilombos no sistema social brasileiro e a demarcação e a titulação dos territórios ocupados.

Figura 10 – Brasil – Estrutura regional e atribuição institucional da cartografia oficial





fonte: Anjos (2014a).

Figura 11 – Comunidade Quilombola Mesquita



fonte: Acervo pessoal do autor, foto de 2009.

O pano de fundo desse problema são a falta de prioridade política e a herança preconceituosa do pensamento social dominante ainda hoje no Brasil. Poderíamos complementar essa constatação com a falta de comprometimento para a formação de uma base informacional unificada e de uma cartografia oficial, assim como com as disputas e os conflitos institucionais por espaço. Esses fatores dificultam decisivamente a solução do problema central: a posse efetiva da terra, ou seja, a definição oficial da fronteira afro-brasileira. A terra assegurada, que ainda significa poder na mentalidade colonialista do setor decisório, é o principal elemento de conflito e negociação da pendência secular.

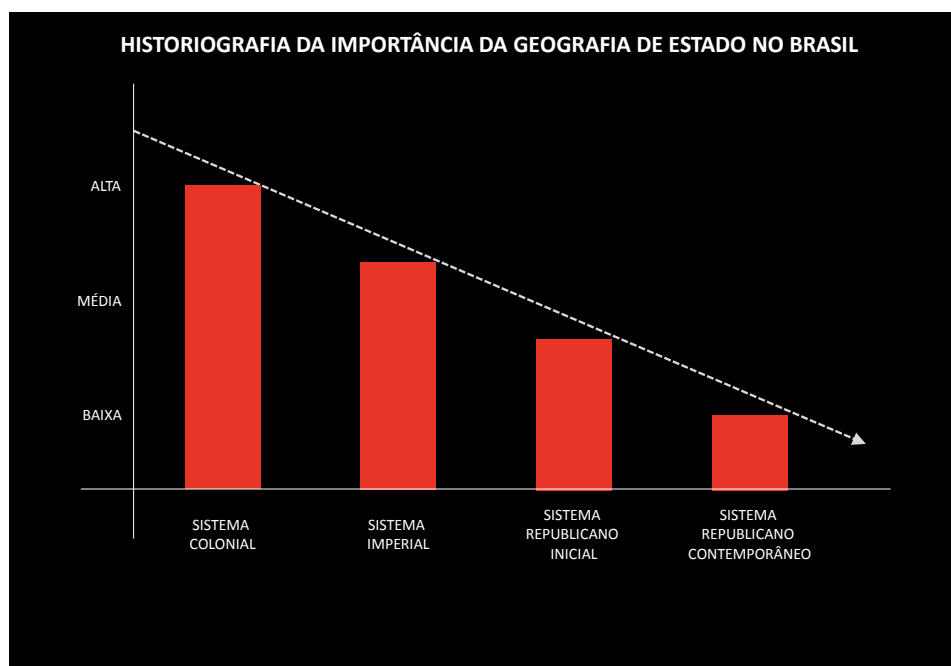
Ainda no que tange à geografia afro-brasileira, não podemos perder de vista que a questão demográfica continua sem resposta ou representação satisfatória, pois os métodos de aferição oficial do povo brasileiro levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afro-brasileira no país. No primeiro censo, de 1872, a cor da pele definia lugares na sociedade colonial-imperial, em que grupo étnico e condição social eram indissociáveis. Essa herança colonialista sofreu pequenos ajustes ao longo do século XX, mas se mantém na essência. O método de aferição do IBGE continua agrupando os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declararem e classificando os demais como pardos. Recentemente, acrescentou-se o grupo dos índios.

Conclusões e recomendações

Considerando que não se esgotam aqui as construções analíticas e as especulações, concluímos que:

- a Figura 13 mostra a grande importância da geografia de Estado no Brasil nos períodos colonial e imperial, bem como seu evidente declínio ao longo do século XX e uma situação estagnada nestas duas décadas do XXI. Isso se confirma sobretudo pela banalização de conceitos geográficos e cartográficos no universo acadêmico (território, mapa, escala, mapeamento, espaço, cartografia, paisagem, região, entre outras usadas aleatoriamente em diversas áreas do conhecimento) e na sociedade civil (todo celular tem GPS, mapas variados, imagens de satélite multiescalar, entre outras referências geográfico-cartográficas de fácil acesso e sem contextualização). A geografia e a cartografia deveriam assumir essa situação e enfrentá-la em todas as oportunidades que se lhe oferecem na atualidade, por exemplo, com ações para alterar a tendência do gráfico não promissor, o que depende de construção coletiva da comunidade geográfica-cartográfica.

Figura 13 – Importância da geografia de Estado no Brasil

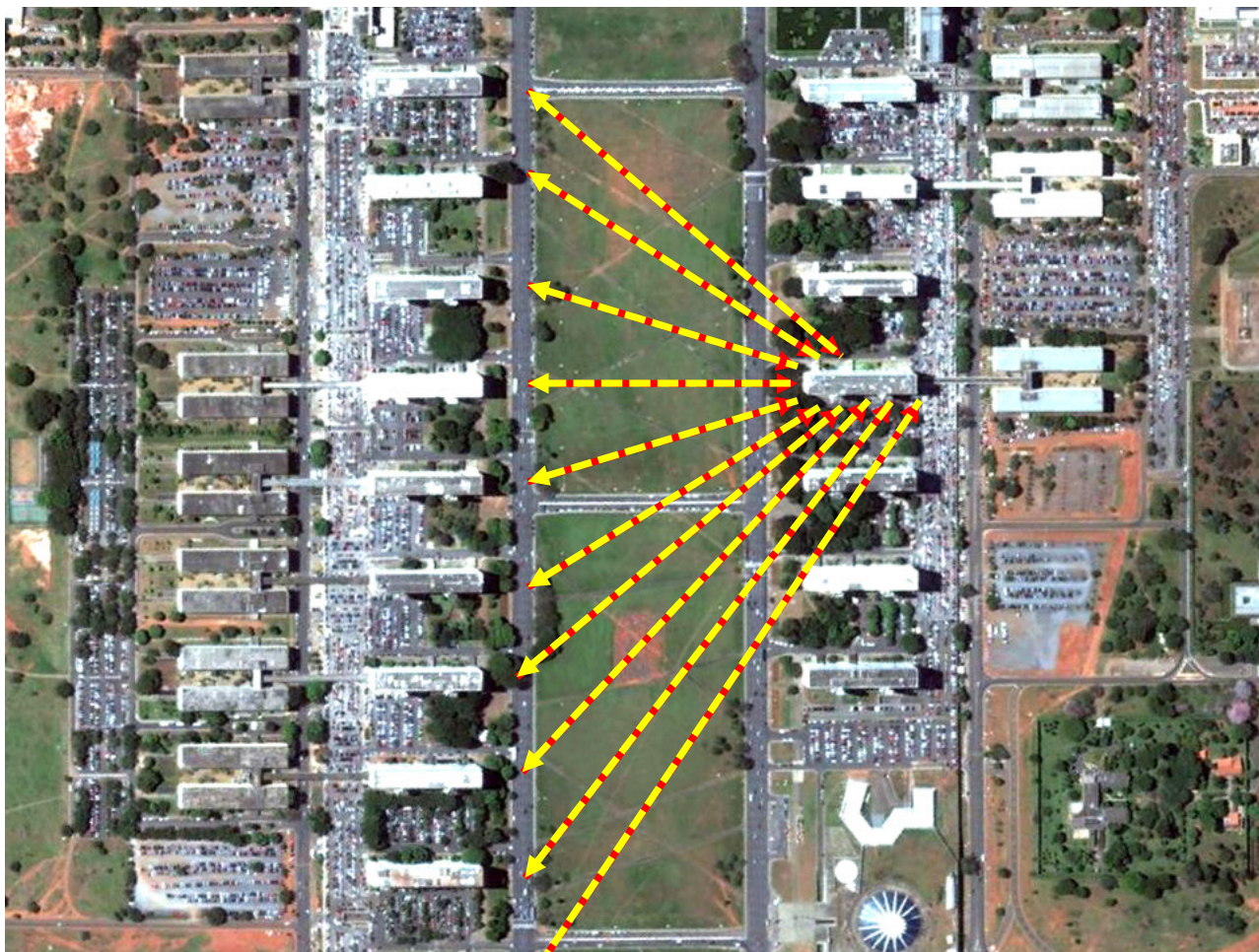


fonte: Elaborado pelo autor.

- a estrutura espacial de herança colonial-imperial ainda cristalizada no Brasil contemporâneo é o pano de fundo que permite compreender a distribuição dos territórios usados, as diferentes densidades territoriais, as pressões nos diferentes tipos de uso e os sistemáticos conflitos nas fronteiras, sobretudo as de matrizes étnicas excluídas;
- o modelo dispersivo das respostas às demandas territoriais no país, especialmente as históricas, evidencia a persistência de valores e referências do Brasil colonial. A

Figura 14 mostra uma modelagem gráfica de uma possibilidade de fluxo e refluxo da gestão das demandas territoriais, contexto que pode ensejar mais foco, responsabilização e eficácia na resolução de problemas geográficos e, portanto, a possibilidade de se recuperarem a relevância e a representatividade da geografia no Estado;

Figura 14 – Brasília: Esplanada dos Ministérios e o fluxo das ações institucionais do tipo radial-direcional



fonte: Elaborada pelo autor, sobre imagem satélite do Google Earth de junho de 2014.

A manutenção da desinformação da população brasileira no que se refere ao continente africano continua sendo um entrave estrutural para uma real democracia racial no país. Não podemos perder de vista que, entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está sua inferiorização pela precariedade da educação geográfico-cartográfica afro-brasileira, que reclama outra perspectiva no processo escolar. Outro ponto estrutural do setor decisório da gestão da informação geográfica oficial do país é a criação das condições necessárias a um censo demográfico mais realista, que retrate melhor a diversidade étnica brasileira e, conseqüentemente, os estereótipos sobreviventes e resistentes. Esse tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por conseguinte, o registro oficial de um Brasil africano, até aqui invisível.

Figura 15 – Meninas senegalesas na Disney World em Paris



fonte: Acervo pessoal do autor, foto de 2007.

Figura 16 – Tinga, racismo e a colonialidade do poder



fonte: Belchior (2014).

ANJOS, R. S. A.

Referências

- ANJOS, R. S. A. _____. **Atlas Geográfico África Brasil**. Brasília: Mapas, 2014a.
- _____. **O Brasil africano – algumas referências dos séculos XVI-XXI**: cartografia para educação. Brasília: Mapas, 2014b.
- _____. A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação. In: SILVA, T. D.; GOES, F. L. (Org.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: IPEA, 2013. p. 137-152.
- _____. **Geopolítica da diáspora África-América-Brasil – séculos XV-XVI-XVII-XVIII-XIX**: cartografia para educação. Brasília: Mapas, 2012a.
- _____. Relatório da atualização do cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil – 2012. **Relatório Interno do Projeto Geoafro**. Brasília: CIGA/UnB, 2012b.
- _____. **Territorialidade quilombola**: fotos & mapas. Brasília: Mapas, 2011.
- _____. **Quilombos**: geografia africana-cartografia étnica – territórios tradicionais. Brasília: Mapas, 2009.
- _____. **Cartografia para o ensino-aprendizagem**. Brasília: Mapas, 2007. (Coleção África-Brasil, v. I e II).
- _____. A geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1999.
- ANJOS, R. S. A.; CYPRIANO, A. **Quilombolas**: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori/Petrobrás, 2006.
- BELCHIOR, D. Tinga, racismo e a colonialidade do poder. **Negro Belchior**, 13 fev. 2014. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/tinga-racismo-e-a-colonialidade-do-poder/>>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.